

Manifesto UNI Europa: “Uma União Europeia que coloque os trabalhadores em primeiro lugar”

O Manifesto da UNI Europa para as eleições europeias de 2024 descreve três reformas fundamentais para: aumentar o poder dos trabalhadores. Fortalecer a negociação coletiva. Lutar contra a austeridade. Construir a Europa Social. Parar a extrema direita.

A Europa está num ponto de viragem.



Em 2023, muitos empregadores obtiveram enormes lucros impulsionando a inflação enquanto reduziam os salários reais dos trabalhadores. Agora, as regras de austeridade da UE estão de volta a ameaçar cortes de empregos, salários e serviços. Com 73% dos cidadãos da UE acreditando que seu padrão de vida cairá este ano, esses ataques aos meios de subsistência dos trabalhadores estão alimentando a ascensão da extrema-direita como as eleições europeias de 2024.

A UNI Europa e o movimento sindical europeu, a voz democrática de milhões de trabalhadores e eleitores, está a levantar-se em protesto. Unidos na CES e sob seu manifesto [Entregando um Acordo Justo para Trabalhadores](#), reunimo-nos em todo o continente para as eleições europeias para:

Aumentar o poder dos trabalhadores. Reforçar a negociação coletiva. Lutar contra a austeridade. Construir a Europa Social. Parar a extrema direita.

Os 7 milhões de trabalhadores de serviços da UNI Europa, empregados em setores que formam a espinha dorsal da vida económica e social na Europa, lutam por um Parlamento Europeu e uma Comissão que dê prioridade ao bem-estar de todos os trabalhadores, das suas famílias e comunidades. Juntos, fazemos campanha para três reformas fundamentais:

**“NENHUM CONTRATO PUBLICO SEM ACORDO COLETIVO”
– ALTERAR A LEI DA UE PARA DAR PRIORIDADE À CONTRATAÇÃO PUBLICA SOCIAL**

Todos os anos, os governos da UE e outras autoridades públicas gastam um em cada sete euros das nossas economias – dois biliões ou 14% do PIB – na compra de serviços, obras e bens. Uma vez que a Comissão Europeia mantém regras em matéria de contratos públicos defeituosas, muitos contratos públicos vão para

empresas que violam os direitos laborais, e prestam serviços de baixa qualidade. Em vez disso, a UE e os Estados-Membros devem fazer uso do seu poder de compra para apoiar os trabalhadores, para recompensar as empresas que respeitam os direitos laborais e promover objetivos sociais.

A UNI Europa apela a alterações do direito dos contratos públicos da UE que permitam, e de facto, exijam que todos os níveis de governo – dos municípios às instituições europeias – dêem prioridade aos contratos com as empresas que se dedicam à negociação coletiva.

“80% DA COBERTURA DA NEGOCIAÇÃO COLECTIVA” - REFORÇAR A NEGOCIAÇÃO COLECTIVA.

Durante o último mandato do Parlamento Europeu, o movimento sindical europeu obteve uma grande vitória. A UE estabeleceu uma meta de 80% para a cobertura de negociação coletiva na Diretiva sobre Salários Mínimos Adequados. Trata-se de uma ferramenta poderosa para inverter a tendência de queda da cobertura em toda a UE – e trazer de volta uma sociedade mais igualitária, justa e estável. Este ano, muitos Estados-Membros da UE são obrigados a apresentar soluções em planos de acção nacionais. Como três em quatro europeus em idade de trabalhar são empregados em setores de serviços, os Estados-Membros não poderão atingir a meta de 80% sem eles e sem acordos coletivos a nível setorial.

A UNI Europa apela a um quadro legislativo e político que aumente a cobertura da negociação coletiva e a densidade sindical nos sectores dos serviços, e que promova a negociação coletiva multiempresarial/sectorial.

“TIPIFICAR A REDUÇÃO DE SALÁRIOS E O ANTISINDICALISMO COMO DELITOS PUNÍVEIS COM SEVERAS PENAS DE PRISÃO” DISSUAÇÃO REAL DO MAU COMPORTAMENTO EMPRESARIAL

Os acordos colectivos devem abranger mais trabalhadores nos sectores dos serviços e não só. No entanto, muitas vezes, os empregadores sem escrúpulos impedem ilegalmente que os trabalhadores se organizem. E muitas vezes esses empregadores desconsideram os acordos que os trabalhadores ganharam através de sua organização. O antisindicalismo e a redução de salários são crimes graves com consequências terríveis para os trabalhadores, não delitos menores. Para mostrar que respeitam e protegem os trabalhadores, as autoridades estatais devem tratá-los como tal. Ao desencorajar o comportamento criminoso das Empresas, podem contrariar o apelo e as promessas vazias da extrema-direita.

A UNI Europa apela a uma abordagem coordenada a nível da UE para a aplicação adequada e a repressão dos gestores por corte de salários e destruição de sindicatos. Embora a mudança do direito penal seja uma questão dos Estados-Membros, a coordenação a nível europeu maximizará a dissuasão de tal comportamento criminoso.

Pedimos aos partidos e candidatos democráticos que apoiem as nossas três exigências – e se comprometam a torná-las realidade após as eleições parlamentares europeias de 2024. O Tratado da UE estabelece como objetivo da UE “ a melhoria das condições de vida e de trabalho”.

Vamos avançar para uma União Europeia que coloque os trabalhadores em primeiro lugar.